

LEI Nº 5.176, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023.

“Autoriza o Poder Executivo a conceder as parcelas complementares repassadas ao Município pela União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, aos servidores públicos municipais ativos, ocupantes dos cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, relativas à complementação dos vencimentos dos servidores destinadas a equiparar a remuneração desses servidores ao piso nacional da categoria em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 14.434, de 4 de agosto de 2.022” e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iturama/MG, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I, do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder as parcelas complementares repassadas ao Município pela União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, aos servidores públicos municipais ativos, ocupantes dos cargos de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, relativas à complementação dos vencimentos dos servidores destinadas a equiparar a remuneração desses servidores ao piso nacional da categoria em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 14.434, de 4 de agosto de 2.022.

§ 1º Para o cálculo da Assistência Financeira Complementar aos servidores, além da proporcionalidade quanto a carga horária prevista nesta Lei, deverá ser considerado que o piso é composto pelas parcelas que compõem a remuneração de natureza Fixa, Geral e Permanente, não se incluindo as de natureza transitória, bem como seguirá os valores individuais previstos no InvestSUS respectivamente a cada servidor.

§2º Nos termos da decisão do STF nos autos da ADI 7222, a implementação da complementação resultante do piso salarial nacional deve ocorrer na extensão do quanto disponibilizado, a título de assistência financeira complementar, pelo orçamento



da União, conforme art. 198, §§ 14 e 15, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 127/2.022.

§3º Considerando que o custeio financeiro dos profissionais inativos não constitui despesa com ações e serviços de saúde, segundo a Lei Complementar 141/2012, o complemento do piso de que trata esse artigo não se aplica a esses servidores.

§4º O Município deverá realizar o pagamento retroativo aos servidores de que trata esse artigo, na exata extensão dos recursos que receber da União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, para esse fim.

Art. 2º - Fica autorizado o repasse das parcelas que complementam o valor do piso nacional do setor da enfermagem às instituições privadas, filantrópicas ou não, em funcionamento na circunscrição do Município, desde que atendam há pelo menos 60% dos pacientes pelo SUS – Sistema Único de Saúde e que tenham contrato vigente ou instrumento análogo com o Gestor do SUS do Poder Executivo, podendo ser as parcelas repassadas de forma integral ao complemento do piso, se os recursos assim garantirem a integralidade do Setor Público e Privado, ou mesmo de forma proporcional às instituições previstas neste artigo, acaso os recursos sejam insuficientes para custear o complemento do piso em ambos os setores público e privado, conforme parcelas de repasses da União Federal, por meio do Ministério da Saúde.

Parágrafo Único. As Sociedades de Terceirização e Cooperativas não são entidades elegíveis a perceber as parcelas de complementação nesta Lei, ainda que atendam a setores governamentais da seara da saúde, haja vista que as avenças formalizadas têm natureza de prestação de serviços, não se verificando a contratualização de que trata o artigo 199, §1º da Constituição Federal.

Art. 3º As parcelas de que trata esta Lei deverão ser honradas, a medida do possível, na mesma data em que se efetivar o pagamento dos vencimentos dos servidores públicos municipais, condicionadas ao recebimento dos recursos do Governo Federal, estabelecidos pela Lei Federal 14.581/2023 e suas regulamentações, especialmente Portaria GM/MS n.º 1135 de 16 de agosto de 2023 e suas alterações.



Art. 4º Farão face às despesas da presente Lei os recursos do orçamento vigente, previstos na dotação

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Sub - Unidade: 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento da Despesa: 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

Sub - Elemento de Despesas: 01- Salário contrato temporário

Ficha: 325

Fonte de Recurso: 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Sub - Unidade: 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento da Despesa: 3.1.90.11.00 Contratação por Tempo Determinado

Sub - Elemento de Despesas: 01 – Vencimentos e Salários.

Ficha: 326

Fonte de Recurso: 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Sub - Unidade: 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento da Despesa: 3.1.90.13.00 Contratação por Tempo Determinado

Sub - Elemento de Despesas: 01- FGTS

03 – Contribuição Patronal para INSS

Ficha: 327

Fonte de Recurso: 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Sub - Unidade: 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento da Despesa: 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Sub - Elemento de Despesas: 01- Vencimentos e Salários

Ficha: 359

Fonte de Recurso: 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Sub - Unidade: 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento da Despesa: 3.1.90.13.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Sub - Elemento de Despesas: 01- FGTS

03 - Contribuição Patronal para o INSS



Ficha: 360

Fonte de Recurso: 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Sub - Unidade: 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento da Despesa: 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Sub - Elemento de Despesas: 01- Vencimentos e Salários

Ficha: 368

Fonte de Recurso: 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade: 11 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Sub - Unidade: 02 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento da Despesa: 3.1.90.13.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Sub - Elemento de Despesas: 01- FGTS

03 - Contribuição Patronal para o INSS

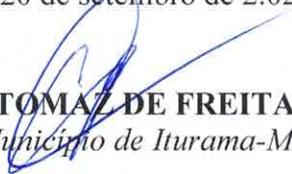
Ficha: 369

Fonte de Recurso: 01.0605.0000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.

Art. 5º Poderá o Poder Executivo Municipal regulamentar por Decreto a aplicação desta Lei, naquilo que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iturama/MG, 20 de setembro de 2.023.


CLÁUDIO TOMAZ DE FREITAS
Prefeito do Município de Iturama-MG.

Autor: Poder Executivo.